



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS

| | |
|------------------------------|--------------------------------------|
| Processo TC | 1954/126/13 |
| Poder | EXECUTIVO |
| Município | Divinolândia |
| Entidade | PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA |
| Período | 04/2013 |
| Relator | Dr. Sidney Estanislau Beraldo |
| Unidade Fiscalizadora | UR-19 UNIDADE REGIONAL DE MOGI GUAÇU |
| Responsável | Ismar Ernane de Oliveira |
| Cargo | PREFEITO |
| CPF | 024.404.038-90 |
| Período de Gestão | 01/01/2013 a 31/12/2016 |

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 2/08, vimos por meio deste **alertá-lo(a)** a respeito das seguintes situações:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Entrega intempestiva dos seguintes documentos:

| Tipo de Documento | Mês | Ano |
|---|-----|------|
| BALANCETE ISOLADO CONTA CONTABIL | 4 | 2013 |
| BALANCETE ISOLADO CONTA CORRENTE | 4 | 2013 |
| ATA AUDIENCIA AVALIAÇÃO CUMPRIMENTO METAS | 4 | 2013 |
| ATA AUDIENCIA ACOES SAUDE | 4 | 2013 |
| PLAN LDO ATUALIZADA | 4 | 2013 |
| PLAN LOA ATUALIZADA | 4 | 2013 |
| PLAN PPA ATUALIZADO | 4 | 2013 |
| Conciliações Bancárias Mensais | 4 | 2013 |
| Atualização do Cadastro Geral de Entidades Mensal | 4 | 2013 |

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO

Verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada é inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida.

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Alerte-se que o percentual apurado dos Gastos com Pessoal ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da LRF, estando sujeito, ainda, às vedações previstas nos incisos I a V do parágrafo único do art. 22 da Lei já mencionada, haja vista o limite prudencial ter sido também alcançado.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

Data da Geração: 18/09/2013
Hora da Geração: 19:47:47